

Direito Penal e Processual Penal

A pós-graduação em Direito Penal e Processual Penal da PUCPR é voltada ao advogado ou bacharel em Direito que tenha em mente otimizar sua carreira com temas contemporâneos que possibilitam atuação em áreas clássicas com maior competência, bem como, em áreas pouco exploradas e com ampla oportunidade de atuação.

Em razão das aulas ministradas terem alto índice de atividades práticas, o estudante tem a vivência mais próxima do dia a dia forense, ampliando desta forma sua competência e segurança em atuar.

O resultado ao final do curso é um profissional nutrido de profundo conhecimento técnico e sensibilidade com os problemas enfrentados em matéria criminal, consequentemente, mais capacitado e seguro para optar e atuar na advocacia ou na carreira pública que desejar.

O que faz um especialista em Direito Penal e Processo Penal?

O estudante da especialização em Direito Penal adquire nas aulas um conteúdo atual, por meio de professores altamente qualificados e atuantes. O curso oferece conhecimentos voltados aos interesses do mercado jurídico contemporâneo, capacitando o especialista em Direito Penal e Processual Penal para atuação na advocacia privada contenciosa, bem como na elaboração de parecer.

Além de estar apto para o crescimento profissional na carreira pública, utilizando deste conhecimento para ingresso nos cargos jurídico públicos voltados à esfera criminal como Ministério Público, Defensor Público e Delegado de Polícia, bem como, para ingresso em carreiras públicas que, possuam em seu edital matéria criminal como na Magistratura e na Advocacia Pública.

Público-AlvoAdvogados ou bacharéis em Direito que almejam preparo para advocacia privada contenciosa ou parecerista, bem como aqueles que se preparam para ingressar em cargos públicos, em especial, Ministério Público e Defensoria Pública ou ainda que almejam crescimento profissional em sua área de atuação criminal.

Campus:	Periodicidade:
Curitiba	Semanal
Modalidade:	Mensalidade:
Presencial	R\$ 736.57
Formato:	Inscricao:
Presencial	Clique aqui

Duracao: 15 meses



Disciplinas

Justiça Restaurativa

Abordagem sobre as modernas técnicas de justiça extra judicial. Promoção de paz social com a aplicação de métodos conciliatórios, observando as necessidades e participação da vítima, bem como participação da sociedade.

Criminologia

Lineamentos históricos da criminologia. Métodos de investigação da criminologia. Tipologia dos delitos e dos delinqüentes. Teoria psicológica da criminalidade. A criminologia e a criminalística. A vitimologia.

Sistema de Provas e Execução Penal

Investigação e instrução criminal a luz do garantismo jurídico. A reforma do Código de Processo Penal e seu reflexo na prova processual penal. Análise de casos a partir da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Estudo aprofundado da Lei de Execução Penal. Dossimetria da Pena. Aplicação do sursis. Transação Penal. Suspensão Condicional do Processo. Suspensão Condicional da Pena.

Legislação Processual Penal

Processo penal abordado na íntegra. Investigação preparatória. Análise da prova. Instrução e sentença. Recursos. Tribunais superiores.

Processo Penal: Ritos

Alterações no Código de Processo Penal em 2008 acerca do tema. Rito e peculiaridades. Conselho de Sentença. Quesitos.Lei 9.099/95. Processo Eletrônico.Transação Penal. A vítima. Ação Penal Privada. Recursos. Rito e peculiaridades.

Crimes Digitais

O modus operandi aplicado na era digital. As implicações penais quando da prática delituosa por meio informático. Benefícios e malefícios. Crimes em espécie: honra, sexuais

Análise crítica e aplicação prática das normas na teoria do crime 1

Conceito de crime. Fato típico. Ação e a omissão penalmente relevante. Dolo e culpa. Nexo de causalidade e imputação objetiva do resultado. Tipicidade. Antijuridicidade. Causas de exclusão da antijuridicidade. Culpabilidade: imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude (Teoria do Erro) e exigibilidade de conduta diversa

Análise crítica e aplicação prática das normas na teoria do crime 2

Conceito de crime. Fato típico. Ação e a omissão penalmente relevante. Dolo e culpa. Nexo de causalidade e

E-mail: pos.direito@pucpr.br **Telefone:** 41984971479

www.pucpr.br



imputação objetiva do resultado. Tipicidade. Antijuridicidade. Causas de exclusão da antijuridicidade. Culpabilidade: imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude (Teoria do Erro) e exigibilidade de conduta diversa

Medidas Cautelares

Cautelares de natureza pessoal. Medidas cautelares sobre coisas. Imposição das medidas cautelares alternativas à prisão. Medida cautelar de exibição de documentos.

Crimes econômicos, tributários e fiscais

Lei 8.137/90, Sonegação fiscal. Lavagem de dinheiro. Crime contra o sistema financeiro. Nulidades. Investigação preparatória.

Estatutos de Proteção á pessoa (ECA,Idoso,Deficiente,Violência Doméstica, Racial e Homofóbico)

Direitos e deveres no ECA. Órgãos de atuação. Lei do Sinase. Políticas Públicas frente ao Idoso e á Pessoa com Deficiência. Conflito aparente de normas penais e estatutos nos crimes contra a vida e á dignidade sexual. Eutanásia, Distanásio e Ortotanásia. Testamento Vital. Crimes de ódio.Direitos e deveres no ECA. Órgãos de atuação. Lei do Sinase. Políticas Públicas frente ao Idoso e á Pessoa com Deficiência. Conflito aparente de normas penais e estatutos nos crimes contra a vida e á dignidade sexual. Eutanásia, Distanásio e Ortotanásia. Testamento Vital. Crimes de ódio.

Crimes contra a organização do trabalho, corporativo, consumidor e compliance

Processo e julgamento dos crimes contra organização do trabalho. Liberdade individual. Crimes em espécie. Lei 12.529/2011.Criminalidade empresarial. Conflito negativo de atribuições. Direito de livre escolha do consumidor. Informação. Crimes em espécie. Compliance.

Tribunal penal internacional

Estatuto de Roma. Crimes de genocídio. Crimes contra a humanidade. Crimes de guerra. Distinção entre Direito Internacional Penal e Direito Penal Internacional. Convenções da Haia e Genebra. Tribunais de Nuremberg.

Legislação especial: drogas, armas e ambiental

Lei de drogas. Inconstitucionalidade. Tráfico. Porte. Jurisprudência. Estatuto do Desarmamento. Sinarm. Ambiental: Conceito. Evolução. Crimes em espécie. Pessoa Jurídica. Processo. Investigação. Fraudes. Recursos.

Ética

Analisar os problemas éticos atuais, privilegiando controvérsias relacionadas às atividades profissionais. Ao final, os alunos serão capazes de tomar decisões responsáveis e sustentáveis, de acordo com princípios éticos.